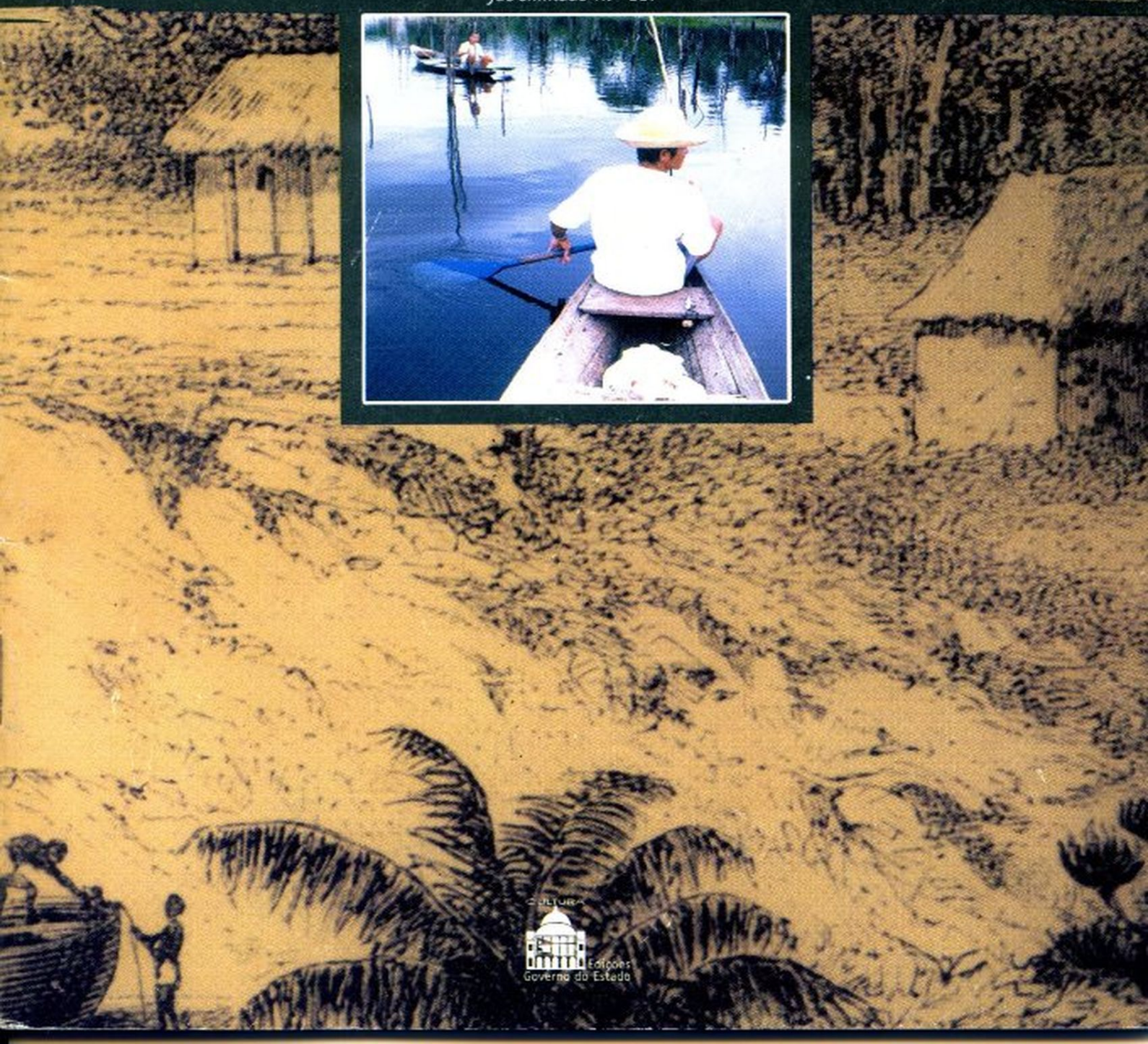
COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

A Explosão Cívica de 1832

Arthur Cézar Ferreira Reis

fac-similado N.º 117



Edições
Governo do Estado

A EXPLOSÃO CÍVICA DE 1832

COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

GOVERNADOR DO AMAZONAS
Eduardo Braga

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS
Omar Aziz

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
Robério Braga

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Delzinda Barcelos

ASSESSOR DE EDIÇÕES
Antônio Auzier

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA CULTURA
Saul Benchimol – Presidente

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels: (92) 633.2850 / 633.3041 / 633.1357
Fax: (92) 233.9973
E-mail: cultura@culturamazonas.am.gov.br
www.culturamazonas.am.gov.br

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

A EXPLOSÃO CÍVICA DE 1832

(FAC-SIMILADO)

COLEÇÃO
Documentos da
AMAZÔNIA

CULTURA
Edições
Governo do Estado

Copyright © 2004 Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado de Cultura

Coordenação Editorial
Antônio Auzier Ramos

Projeto Gráfico
KintawDesign

R375e Reis, Arthur Cézar Ferreira.

A explosão cívica de 1832. / Arthur Cézar Ferreira Reis (fac-similado). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado de Cultura, 2004.

36 p. Coleção Documentos da Amazônia n.º 117

1. Amazonas – História – Rebelião Civil, 1832. I. Título.

CDD 981.13 21. ed.

A juventude é uma das nossas maiores preocupações. Terá atenção especial com o fomento do esporte, espaços culturais e educacionais que possam assegurar a formação de gerações saudáveis e preparadas a vencer os desafios de um mundo globalizado e competitivo, proporcionando um futuro melhor para as nossas próximas gerações...

Eduardo Braga

Discurso proferido pelo Governador Eduardo Braga na sessão solene de posse em 1.º de janeiro de 2003.

APRESENTAÇÃO

A Amazônia brasileira continua sendo a grande cobiçada do mundo atual. Sobre ela todos desenvolvem estudos, narrativas, exposições, conferências e teses as mais diversas. Há sábios que se debruçam sobre seus problemas e sabidos que anunciam soluções mágicas. Tudo precisa ser revisto, estudado, conhecido por um grande grupo de pessoas.

A Coleção *Documentos da Amazônia* que integra as *Edições Governo do Estado do Amazonas*, inaugurada em sua primeira fase na gestão do governador Arthur Cézar Ferreira Reis, vem sendo composta desde seu relançamento em 1997, com a republicação de estudos exclusivos de interesse regional, a respeito dos mais variados temas, com autores festejados, acertadamente para recompor estantes de bibliotecas e universidades porque não se serve para a circulação comercial que, via de regra, entre nós, ainda é reduzida.

No campo da história, o registro mais tradicional e clássico que se empreende reporta-se a *História do Amazonas*, lançada em 1931 pelo professor Arthur Reis, ainda moço, ao qual seguiram-se anos depois outros estudos esparsos sem a audácia, nem dele mesmo, de reescrever ou completar seu trabalho original, nem quando foi relançada por iniciativa de Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto, e na qual conta com o modesto trabalho biográfico de minha lavra.

As resistências e os movimentos de face cívica da região não foram poucos. Este estudo trata *A Explosão Cívica de 1832* – com a firma do próprio professor e pesquisador dos mais renomados, Arthur Cézar Ferreira Reis, e trata-se de uma conferência que ele proferiu no Instituto Geográfico e Histórico

do Amazonas, em 12 de abril de 1932, nas comemorações do centenário daquele movimento.

Movimento autonomista local, foi estudado pelo mestre da historiografia amazonense com base em documentos de todo confiáveis, em arquivos e fontes primárias e mereceu a apresentação do dr. Alfredo Augusto da Matta que exercia a presidência do Instituto. Vem ainda com oferecimento especial ao seu filho, José Augusto, certamente como estímulo a que ele enveredasse, mais adiante, pelos estudos da história do Amazonas, seguindo-lhe os passos, que eram firmes e decididos.

Uma apreciação da evolução histórica que levou ao movimento autonomista que; não logrando êxito, recrudesceu mais tarde, em diferentes formas, até a proclamação da separação do Pará com a elevação a categoria de Província em 1850 e sua implantação em 1852.

O autor vinha num crescente de suas produções sobre capítulos da História do Amazonas, fosse em livro, folhetos ou artigos de jornal, e naquele mesmo ano de 1932 deu a público outros trabalhos como São Vicente, Mauá, Oliveira Viana e o Amazonas, e em 1934 publicou *Manaos e outras vilas* com que marcaria outra fase mais avançada de seus estudos, fixando-se de vez como grande historiador, ainda muito cedo, no verdor dos anos e dos tempos de pesquisa e de conferencista.

Depois disso começaria a dividir sua atenção com as questões de toda a região, incluindo o Estado do Pará ao qual prestou serviços igualmente no magistério e conseguiu fixar-se mesmo contra as conhecidas resistências locais.

Esta conferência faz justiça aos que lutaram pela autonomia política do Amazonas, narra os episódios com clareza, conta os caminhos utilizados, sem rodeios. Precisa ser lida e pode contribuir para estudos e pesquisas atuais em que as condições de trabalho e de acesso a outras fontes são ainda bem mais facilitadas.

Robério Braga
Secretário de Cultura

A EXPLOSÃO CIVICA DE 1832

Conferencia realisada no « Instituto Geographico e Historico do Amazonas » pelo Secretario perpetuo, dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, em 12 de Abril de 1932.

MANÁOS — AMAZONAS

TYP. PHENIX

A conferencia que se vae ler foi pronunciada no «Instituto Geographico e Historico do Amazonas, por occasião do primeiro centenario do movimento autonomista de 1832.

Sem receio de contestação, traz um punhado de novidades a respeito do episodio, até bem pouco conhecido apenas em alguns detalhes.

O conferencista não esposa a pretenção de ter exgotado o assumpto. Outros irão, certamente com novos materiaes, esclarecendo em definitivo a vibrante pagina da historia amazonense.

Além dos autores citados no corpo do trabalho, foram consultadas as peças unicas existentes no Archivo Publico do Estado, Archivo da Prefeitura de Manáos, Archivo do Instituto Geographico do Amazonas, e a excellente monographia de Virgilio Correia, "De Magessi a Pimenta Bueno", vinda a lume na Revista do I. de Matto Grosso.

Na exposição que a Biblioteca Nacional levou a effeito em 1881, no Rio de Janeiro, figurou o «Diario da Expedição do Rio Negro em 1832», copia pertencente ao ex-presidente Machado de Oliveira. Esse «Diario», que deve trazer muita luz, não poude ser consultado. Outros documentos, de alta valia, estão guardados no Archivo Publico, de Belem. Quando serão divulgados?

Fechando estas linhas, o autor agradece ao snr. dr. Alfredo da Matta, figura impressionante de amazonologo, as palavras gentis, de louvor, com que, na sessão do Instituto, lhe fez a apresentação ao auditorio.

AO MEU QUERIDO
JOSÉ AUGUSTO,
ESTAS PAGINAS SOBRE A
VIBRAÇÃO CIVICA DOS
AMAZONENSES DE HONTEM.

A EXPLOSÃO CIVICA DE 1832

SNR. INTERVENTOR FEDERAL
SNR. PRESIDENTE DO INSTITUTO
SENHORAS E SENHORES

A Capitania de S. José do Rio Nêgro, creada em 1755 aos incitamentos politicos de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, estadista e soldado da acção portugueza no valle amazonico, ligada, subordinada ao Grão-Pará, de onde lhe vinham autoridades, ordens, para onde mandava os productos da sua lavoura e industria nascentes, cedo despertou para os anceios de autonomia. E' que nem sempre os homens que vinham governal-a estavam á altura do cargo, ora emperrando a marcha do progresso, ora descurando quanto lhes competia movimentar para o bem geral. Lobo d'Almada fôra uma excepção. Sem desfallecimentos levara adiante o territorio, dando-lhe todo o seu esforço—fazendas de gado, lavoura, industrias, povoamento mais largo, pacificação de indios. Despertara, pela obra civica em realização, estupida inveja de D. Francisco de Souza Coutinho, que se arreceiara de tel-o por substituto proximo na governança do Grão-Pará.

Os administradores que vieram depois, todos uma lastima. A Capitania arrastava uma vida de desassocego, principalmente ao tempo de Victorio da Costa, quando a desordem campeou abertamente, em francos indicios de anarchia proxima. A população, farta de atropelos, sempre saudosa do inolvidavel Almada, movera-se reclamando providencias, energia para conter os desatinados, que alarmavam os lares, a sociedade em formação. Nada, porem, em res-

posta. Que se arrumassem, que vencessem, aos seus proprios esforços, os males de casa. Que fazer, então?

As camaras municipaes de Barcellos e Silves, a gente da freguezia de Villa Nova da Rainha (Parintins) representaram a D. João VI, directamente, reclamando a medida indicada para mais rapidamente reerguer o Amazonas e salval-o da decadencia, a acercar-se a passos gigantescos. Era o anno de 1818. Já estava governando o coronel Manoel Joaquim do Paço, empossado a 10 de Outubro desse anno.

Para alguns autores foi elle quem promoveu a manifestação das camaras, ao tempo a mais poderosa organização politica da colonia, pois que valiam como vóz do povo nos protestos civicos e nas deliberações relativas á comunhão.

Não ha que duvidar. Pelo menos a camara de Barcellos, conforme se lê de acta existente no Archivo Publico do Estado, tomou attitude aos seus conselhos, que revelavam um homem impressionado com o estado da região, comquanto posteriormente se desmandasse tambem em monopolios, extorsões, violencias, gestos profundamente deselegantes, que lhe crearam uma opposição violenta. Ainda desta vez, nada. A capitania que se contivesse nos seus desejos de soerguimento. Havia outras preoccupações mais serias para os estadistas de D. João VI.

Mas porque tamanho descaso? Seria que ella não estava em condicções de gosar da autonomia almejada? O que reclamava não era justamente a providencia que lhe viesse conceder a melhoria, as condicções de progresso?

Em janeiro de 1821, em Belem, houve o estouro constitucionalista de Felippe Alberto Patroni. Rasgavam-se novos horizontes. Avisinhava-se, pensavam todos, uma nova era, de mais respeito á vontade dos povos, agora com direito a falar alto, a bradar, a reclamar com altivez, independencia, nos parlamentos e sob a protecção da carta constitucional, regradora do mando dos monarchas e seus ministros.

A Capitania, já em hostilidades ao governador Paço, recebeu com expansões de alegria, com exaltação mesmo, a nova reivindicadora. Formaram-se juntas governativas. Seguiram para Lisbôa os seus delegados ao congresso nacional. Agora era a Provincia do Rio Negro, previlegiada, dirigin-

do-se por si, uma vez que elegia as juntas governativas e promovia, sem quasi a audiencia de Belem, o seu bem estar. Nas juntas governativas já havia filhos da terra. Innegavelmente, as conquistas lhe vinham encher das mais fundas esperanças.

Com a acclamação da Independencia, a 9 de Novembro de 1823, ficou na presidencia da junta um amazonense, de Barcellos, vastas posses, intelligencia e saber - Bonifacio João de Azevedo. Mais fundas, consequentemente, as esperanças em que não seria em vão todo aquelle fervor civico pela causa brasileira.

Mas não seria ainda desta vez. Porque? O Amazonas tinha mandado deputados ás cortes de Lisboa, attendendo á convocação de D. João VI. Mandara quando todas as Provincias tambem mandaram. Depois, quando houve a convocação de D. Pedro, para uma Constituinte no Rio de Janeiro, não attendeu, porque em Belem foi apprehendida a correspondencia de José Bonifacio solicitando a representação do Rio Negro. Sem representação no congresso, no extremo-norte, quasi desconhecido como significação politico-economica, o seu nome foi riscado do artigo 2.º do projecto de Constituição.

Esquecido assim, tratado como enteado, ao mesmo tempo que outras unidades de egual importancia economica e de insignificancia territorial eram mantidas como Provincia, muito embora fosse fronteiro com nacionalidades novas e de forma governativa suspeita ao Imperio, portanto a exigir cuidados, attenções, desvellos, protecção qual a que se distribuia ao Rio Grande do Sul e ao Matto Grosso, tambem fronteiros—quando Pedro I poz em execução a Magna Carta, que fizera elaborar, dispensada a collaboração do congresso, já dissolvido violentamente, e pouco depois, na nomeação de presidentes para as Provincias, ficou, de facto, acorrentado ao Pará. Não na condicção de Capitania, expressão politica desapparecida, mas na situação de simples comarca.

Todo o sonho dos amazonenses veio abaixo. O choque era violento demais. Protestos pelas armas? Os amazonenses não desesperaram, nem tomaram attitudes de força. Juraram fidelidade muito calmante, com solemnidade, lu-

minarias á constituição que os reduzia, que lhes golpeava tão fundamente os anceios autonomistas. Mas continuaram a governar-se por si, mantendo á testa dos seus destinos a Junta Governativa presidida por Bonifacio João de Azevedo, apezar, ainda, do decreto que extinguira em todo o Imperio a organização das Juntas. Não está ahi um protesto, uma insubordinação, um gesto altivo contra a oppressão a que os condemnavam?

O ouvidor da comarca, dr. Domingos Nunes Ramos Ferreira, um dos promotores da demonstração em pról do regimen constitucional, membro da primeira Junta Governativa, não concordou, porem, com a desobediencia. Julgava-se, e de facto e de direito o era, a mais alta autoridade do territorio. Cabia-lhe, consequentemente, o governo. Nada de Juntas. Como era de esperar, registrou-se acceso desaccordo com os homens da Junta, orgulhosa de suas funcções. Até 1825 extendeu-se a arenga. O presidente paraense José Felix Pereira de Burgos, comprehendendo a gravidade da situação, apressou-se em dissolver a Junta, mandando vir para o Logar da Barra, com ares de capital, a camara de Barcellos e nomeando um commandante militar, com poderes larguissimos que entravam pela administracção quasi integral da Comarca. A ordem de dissolução tem a data de 12 de Agosto de 1825. Mas já em 23 de Julho o Presidente Burgos officiara ao ministro do Imperio communicando a providencia e solicitando approvação para o acto, o que veio logo, no aviso de 8 de Outubro.

Dissolvida a Junta, mantido esse acto pelo governo imperial, em exercicio o commandante militar, capitão Hilario Pedro Gurjão, aliás um militar ás direitas, que não procurou violentar a população, estavam de vez mortas as veleidades autonomistas dos amazonenses. Não. A idéa libertaria andava em todos os corações, falava a todas as consciencias. Seria difficil esmagal-a. E tanto assim que a camara de Barcellos, cumprindo as determinações de Belem, installou-se no Logar da Barra, a 3 de Dezembro de 1825, entrando não só nas funcções municipaes que lhe cabiam como tambem nas da Junta Governativa dissolvida. Tomou o titulo de Camara Governativa, passan-

do a dirigir a Comarca como se ella tivesse a cathegoria de Provincia. Mais, communicou-se varias vezes com o presidente Burgos, que, por motivos desconhecidos, talvez para evitar maiores inquietações, uma vez que não era de socego a situação da Provincia, lhe deu respostas, num reconhecimento tacito ás deliberações que ella tomava no beneficio da collectividade. Isso não obstou, comtudo, que o capitão Gurjão, sentindo invadidas as suas attribuições, reclamasse e chegasse a desintelligencias de caracter grave com a Camara Governativa. O ambiente carregado, os amazonenses nesses gestos desconcertantes, energicos, seria fatal um desenlace lastimavel, quem sabe se não pelas armas !

Foi nesse instante agudo que veio tomar a presidencia do Pará o Barão de Bagé, Paulo José da Silva Gama, assumindo a 14 de Abril de 1828. Surpreso com a marcha dos acontecimentos na comarca do Rio Negro, alarmado, não se demorou nas providencias. E a 31 de Maio, em portaria, ordenou que a Camara, abandonando o caracter governativo que se arrogara, regressasse a Barcellos, substituindo o capitão Gurjão, no commando militar, pelo coronel Joaquim Felippe dos Reis.

Quem esse novo commandante militar e porque a escolha ?

O coronel Felippe dos Reis não era um official vulgar. Tinha valor. Portuguez, fizera parte da Junta Governativa que, em Belem, substituira o conde de Villa Flor em 1820. Depois da independencia encontramos-lhe o nome nos varios episodios que se desenrolaram na Provincia salientando-se pela energia, pela violencia dos gestos. Adherindo ao Brasil, como adoptivo, formava, porem, no grupo que votava ogerisa ás idéas separatistas da Comarca. Talvez, por isso, o Barão, precisando de um homem disposto, o tivesse ido buscar para de vez acabar com a situação irregular do Rio Negro.

A ouvidoria da Comarca estava agora confiada a um homem mais reflectido, coração bondoso, de tal maneira espirito liberal que o tomavam por demagogo—o dr. Manoel Bernardino de Souza e Figueiredo, empossado perante a Camara Governativa a 28 de Julho de 1827.

Comprehendendo que o momento exigia habilidade, o dr. Manoel Bernardino, com os patriotas, promoveu uma demonstração festiva ao novo commandante militar. O Logar da Barra foi engalanado. O ouvidor, á testa de uma commissão de pessoas gradas, sahiu ao encontro do viajante, a dar-lhe as boas vindas. Não era um processo maneiroso para attrahir o governante que se apresentava cercado de tradicções tão alarmantes ?

O coronel Felippe dos Reis, de modo aggressivo, rompendo a harmonia que se pretendia construir, recusou as attenções. Negou-se a deixar-se acompanhar pelos manifestantes, creando logo, dest'arte, um ambiente de fundas antipathias. Era mesmo o soldadão de que se falava com azedume. Foi esta, pelo menos, a impressão que deixou no espirito de todos.

O ouvidor, apezar da falta de cortezia porque fôra tratado, homem polido, não deu mostras de offendido. Muito ao contrario, procurou manter, dentro do cargo, as melhores relações com o coronel Reis. Este, em cumprimento a determinações, ordenou que se fizesse o recrutamento para os claros nas fileiras do exercito, de accordo com as instrucções de 29 de Outubro de 1827. Os militares encarregados do serviço, num abuso perigoso, excederam-se. O ouvidor, sempre maneiroso, cuidou da paz, justificando o commandante militar que, naturalmente, jamais ordenara a maneira grosseira porque se buscavam voluntarios.

Até aqui, estamos vendo a acção das duas autoridades. E o caso da autonomia da Comarca já estaria de vez enterrado? Ao que se deprehende do officio de 4 de Maio de 1829, do Barão de Bagé, dirigido ao coronel Reis, officio em original no Archivo Municipal desta cidade, continuou de pé a idéa libertaria. — "Acabado pois como foi e fica dito o Governo Collectivo dessa Comarca, a combinação e conferencia das diversas authoridades para resolver e dicidir sobre objectos do governo, he incompetente, como ato deliberativo, nem eu posso determinar porque cada hum he responsavel por aquillo que praticar na sua repartição", etc... Nesse mesmo officio, linhas antes desse trecho, vem a referencia á portaria com que dissolvera o governo da Camara de Barcellos e a descriminação minuciosa das func-

ções de cada autoridade, tudo em resposta á communicação do commandante militar, a qual, percebe-se dos textos da resposta, levava queixas e a noticia do que havia, no Logar na Barra, o proposito de manter o governo autonomo. Não é claro? A autonomia da Comarca, com administração propria, não se conclue que ainda andava a devorar todas as consciencias?

Não ficou nessa attitude a vontade dos amazonenses daquelles dias. Foi elaborada uma *Representação dirigida a S. M. o Imperador por Joaquim Antonio de Macedo por si, e na qualidade de Procurador de alguns cidadãos da provincia do Rio Negro.* Nesse documento, ia o quadro da Comarca, a definhar, a reclamar justiça.

Por essa epoca, fóra de seu territorio, em pleno recinto do Parlamento Nacional, na capital do Imperio, era agitado, debatido, o caso amazonense. Um projecto elevando o Rio Negro á cathegoria de Provincia, apresentado á casa em 27 de Maio de 1826, pelo deputado D. Romualdo Antonio de Seixas, alterado no texto no anno seguinte pela commissão de estatistica da Camara, estava em discussão, com a defesa brilhante de Lino Coutinho, Hollanda Cavalcante e Cunha Mattos. D. Romualdo, arcebispo da Bahia, das maiores cabeças do Legislativo, com o mais longo conhecimento da vida do valle, de que alli era representante, na sciencia exacta das necessidades da Comarca, recapitulando-lhe a chronica, expondo a injustiça dos primeiros dias do Imperio, reclamando urgencia nos auxilios, nos soccorros que lhe deviam, proclamava uma reparação o projecto, uma vez que o approvassem O ambiente, de facto, não se mostrava pesado em hostilidades ao Amazonas.

E tanto assim que, logo após o aviso de 8 de Outubro de 1825, mantendo o acto do Presidente, a 8 de Novembro, o Barão de Valença dissera, em longa determinação áquelle governante, que S. M. o Imperador, interessado na sorte dos brasileiros do extremo-norte, desejava que lhes attendessem á penuria, alevantando, soerguendo economicamente a Comarca, civilizando-a quanto possivel. O que faltava, percebe-se, eram vozes que bradassem pela idéa, bradassem sem cessar, impressionando, provocando a attenção dos estadistas da monarchia.

Os argumentos de combate eram sempre os mesmos — a Comarca não tinha população, lavouras, industrias que lhe creassem desafogo economico e financeiro, civilização bastante para uma Provincia do Imperio Brasileiro. A Camara, deliberando aguardar melhores informes a respeito, decidiu que se adiasse a discussão do projecto. Nem uma voz se levantou. A *Representação* não surtiu o effeito para que fôra organizada. Tudo na mesma: Comarca, dependente do Pará.

X

Pelos dados estatisticos colhidos por Ladisláo Monteiro Baena, no *Ensaio Chorographico sobre a Provincia do Pará*, o Rio Negro, nessa epoca, tinha uma população de 18843 individuos, sendo 17881 livres e 962 escravos.

O maior agglomerado humano era o Logar da Barra, com 4188 habitantes. A seguir, Silves, com 1794; Maués, com 1745 e Villa Nova da Rainha, com 493. O Logar da Barra ainda apresentava aspecto bisonho—os predios levantados ao tempo de Lobo d'Amada, a capella dos Remedios, a matriz de Nossa Senhora da Conceição. Não era séde de camara municipal. Esta funccionava em Serpa, de onde, por vezes, vinha á Barra realizar sessões. Os requerimentos de terras iam para lá. Assim as mais providencias lá eram requeridas. Na Barra, morava o Ouvidor, o commandante militar, o vigario geral, um juiz de julgados da Camara de Serpa. Cabeça da Comarca, de facto e de direito, daqui sahiam as ordens officiaes para o restante do Territorio. Por isso mesmo, lá se installava o melhor da sociedade amazonense. Todos os dias, havia pedidos de chãos para casas novas.

Eram ainda onze ás ruas, rasgadas entre o que é hoje a Cathedral e o hospital de S. Vicente, com uma praça, actualmente a praça Pedro Segundo.

O Commercio da Comarca, fraco, consistia de generos importados de Belem e de algum «peixe secco, manteiga de tartaruga, mexira, anil, cacáo, café, tabaco, salsa, carajurú, puxiri, casca preciosa, oleo, estopa, cordame de piassaba, maqueiras singelas e outras enfeitadas de pennas, armas e trastes de gente boscareja» exportados para a capital da Provincia.

Contavam se os estrangeiros. Quasi tudo mameluco, caboclo, portuguezes, tres ou quatro côrsos emigrados. Pequeno o numero de filhos das outras Provincias, alguns para cá desterrados ou foragidos por crimes politicos.

* * *

A Provincia do Pará, no periodo entre 1821 e 1840, viveu horas de terror. Odios politicos, campanha nativista, ambição de poder, trabalhando em alliança, cegaram os homens levando-os a extremos lastimaveis. Aliás, ia por todo o Imperio a anarchia, principalmente depois da abdicação de Pedro I. A Regencia, tendo de attender ás maiores difficuldades, não podia conter os grupos partidarios que espalhavam, por todos os cantos do paiz, as chamas violentas do incendio social. No Pará, a lucta desenfreada decidia-se até o Tapajós. Não interessava ainda o Rio Negro, ás voltas com o projecto de autonomia. As correntes que se degladiavam tinham nomes de guerra — *philantropicos e caramurús*. Estes, recebendo o apoio dos portuguezes naturalizados; aquelles, a combater tal elemento, numa exaltação nativista assustadora.

Chefiava os primeiros o conego Baptista Campos; os segundos acompanhavam os governantes mandados do Rio.

Em 1831, a 7 de Agosto, o presidente da Provincia, Visconde de Goyana, apesar da imparcialidade que demonstrava, cahindo no desagrado franco dos *caramurús*, foi deposto. Baptista Franco, sob as mais fortes accusações de dominio sobre o presidente, aprisionado, teve de seguir para degredo, no presidio do Crato, no Madeira, juntamente com outros de seus partidarios, mandados para Marabitanas, no alto Rio Negro. Conseguindo fugir em caminho, no Amatary, regressara ao Baixo Amazonas, fazendo-se proclamar presidente da Provincia por varias camaras municipaes. Os outros que seguiram para Marabitanas, chegando a Manáos tinham tentado livrar-se, recorrendo ao ouvidor da Comarca, mas este lhes negara o desejado. Já em viagem pelo rio Negro tinham fugido tambem, conseguindo escapar ás escoltas, mandados ao encalço de todos, e fazer juncção com Baptista Campos. Com a acclamação do chefe philantropi-

co, creava-se dualidade do governo, implantando-se francamente a desordem.

A chama teria attingido as gentes da Comarca nesse instante? Para Rayol, Barão de Guajará, nos «*Motins Politicos*», ainda hoje o grande livro sobre essa epoca da historia do valle, attingiu. Agentes dos grupos em choque andaram a semear intrigas, a preparar o ambiente no Logar da Barra. Não entre o povo, indifferente e com a idéa unica de autonomia. Não, ainda, no seio das autoridades, que não se mostravam sympathicas ou se não queriam mostrar sympathicas a este ou aquelle grupo. Mas entre a soldadesca, excitada com os exemplos que vinham de fóra, de todos os cantos do Imperio, onde as guarnições viviam em pronunciamentos constantes. Soldadesca pouco numerosa a da Comarca, onde não havia, a esse tempo, um batalhão, mas praças destacadas de unidades acantonadas na capital da Provincia, comtudo, soldadesca que estava com o soldo em atrazo, portanto irritada, prompta a qualquer desatino que lhe viesse melhorar a situação financeira, como occorreu na guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, acaba de apurar, com segurança, João Pinto da Silva, ("A Provincia de S. Pedro", Porto Alegre, 1931).

Embora sem um documento, até agora, que positive esse trabalho manhoso dos agentes partidarios, firmado apenas no pronunciamento muito claro de Rayol, — ás vezes apaixonado no traçar a physionomia de certas figuras, mas escrevendo á luz de abundante material informativo e do seu proprio, como participante da agitação que lavrou na Provincia, — deprehende-se que houve realmente essa acção incendiária. E é preciso desde já recordar que o commandante militar, comquanto alheiado ao partidarismo, por isso mesmo cahira no desagrado das duas facções, naturalmente dispostas a eliminar quem não lhes dava apoio em hora tão melindrosa.

* * *

A 12 de Abril de 1832, ás primeiras horas da noite, tocou rebate no quartel do Logar da Barra. Tiros. A futura Manáos sobresaltou-se. O coronel Felippe dos Reis, avisado, correu a verificar a situação. Encontrou a tropa em armas. A' frente della, o soldado Joaquim Pedro da Silva. Os pre-

sos soltos, artilharia nos cantos das ruas, o trem de guerra em mão dos insurrectos. O commandante militar tentou contel-os. Impossivel. A desordem tomou proporções. De repente, lançaram-no ao chão, matando-o a baionetadas.

Depois, no furor do momento, os rebeldes atiraram-se ás ruas. Durante toda a noite, apavorando a população, a artilharia em funccionamento. As autoridades que entenderam acclamar os levantados, não lograram resultado mesmo porque muitos desistiram, receiosos de um fim tragico. Pela manhã, após entendimentos com estes e com o juiz de paz, queixando-se do atrazo no soldo, concordaram que assumisse o commando militar o coronel Francisco Ricardo Zany, nomeado em 1829 commandante da guarnição, descedente dos Zany, da Corsega, soldado que vinha sendo distinguido pelas autoridades do Imperio com attenções especiaes.

O coronel Zany, dando começo á acção pacificadora, fez balancear os cofres da provedoria da fazenda, arrecadou o material de guerra em poder da tropa insubordinada e dispensou os milicianos. Tudo com habilidade, procurando restabelecer o socego publico. Ia em meio esse trabalho quando occorreu novo incidente, agora victima escolhida o proprio coronel Zany que, escapando, deixou as funcções pacificadoras, retirando-se ás suas propriedades, fóra do centro urbano da Barra. E' esse, pelo menos, o relato que Rayol e outros chronistas apuraram. O que occorreu dahi em diante, até Junho, ainda não está esclarecido. Sabe-se, pelas informações colhidas por viajantes e chronistas, que a população branca do Logar deixou-o, receiosa de maiores desatinos, e porque havia grande indisposição contra o elemento portuguez, recolhendo-se muitos a Belem.

As occurrencias tragicas de 12 de Abril foram communicadas ao Presidente da Provincia e ás varias villas da Comarca, a estas noticiando-se que o luzismo, representado no coronel Reis, estava de vez extincto, prova a juntar-se na allegação de que o movimento tinha tambem o caracter nativista, que se encontra em todas as demonstrações civicas da epoca, de lucta aberta contra o elemento alienigena.

Ainda, segundo os chronistas, fica-se na sciencia de que, aproveitando o momento, elementos exaltados imaginaram a separação da Comarca. "São apontados como au-

tores do projecto os frades Ignacio Guilherme da Costa, Joaquim de Santa Luzia e José dos Santos Innocentes, carmelitas paraenses esses ultimos e mercenario maranhense o primeiro. A esses, juntaram-se João da Silva e Cunha, Gregorio da Silva Craveiro, elementos de realce no momento da adhesão á independencia, e o tenente Boaventura."

"De todos, a alma foi frei José dos Santos Innocentes. Homem de acção, embora paraense ralava-se de revolta com as injustiças ao Amazonas, que adoptara por berço. As versões a respeito de sua conducta tiram-lhe as qualidades de sacerdote virtuoso, mantendo, porem, as de patriota extremado. Alfredo Wallace, que visitou a Comarca, annos depois dessas occurrencias, recolheu varios episodios interessantes em que elle andou envolvido. Don Juan, no dizer do naturalista inglez, era um innocente comparado a frei José. Missionario, antes de 1832 frei José exerceu a vigaria do Logar da Barra" e a de Serpa, onde até possuiu chãos, "popularizando-se rapidamente. Facil lhe deve ter corrido, pois, a propaganda incendiaria".

Os planos da separação, ao que apurou pouco depois o Conego Bernardino de Souza, *(Curiosidades e Lembranças do Valle do Amazonas)*, foram concertados pelos tres religiosos, da estirpe energica dos sacerdotes que enchem a historia nacional do Primeiro Imperio e Regencia, no logar Correnteza, abaixo de Parintins.

A 22 de Junho, portanto só dois mezes depois do assassinio do coronel Reis, reuniu-se, na Barra, um grande conselho. Porque tanta demora? Não nos foi possivel apurar. Povo e tropa estavam presentes. E' possivel que o pronunciamento civico tenha occorrido no edificio da Fabrica Imperial, onde a Camara de Serpa reunia quando realizava as suas sessões na Barra e local de todas as solemnidades patrioticas desde a deposição do governador Paço. A Presidencia dos trabalhos, por unanime acclamação, coube a João da Silva e Cunha, ficando a secretaría com Silva Craveiro, orador impetuoso, amazonida cheio de ardor posto a amostra em varias outras occasiões.

Ficou delíberada a elevação da Comarca a cathegoria de Provincia, estreitadas, comtudo, as relações economicas com o Pará, creadas duas alfandegas necessarias á vida eco-

nomico-financeira da região, de tudo devendo ser inteirada a Assembléa Geral do Imperio e o Governo Imperial.

O dr. Manoel Bernardino de Figueiredo, apezar dos protestos que fez para livrar-se das responsabilidades que lhe punham aos hombros, pois comprehendia bem o arrojo, a gravidade da iniciativa dos amazonenses, foi proclamado Presidente da nova Provincia, percorrendo as ruas do Logar em pallio carregado pelos patriotas. Henrique João Cordeiro, capitão da guarda nacional, ex-vereador de Serpa, ficou com o cargo de secretario dos negocios civis e politicos; tenente Boaventura Ferreira Bentos, com o de commandante militar "vencendo o soldo de sua patente e a gratificação costumeira". Frei José dos Innocentes recebeu a incumbencia de seguir á côrte como procurador do povo, a advogar aprovação do gesto altivo do Rio Negro.

No dia seguinte houve nova reunião popular, pois que ninguem se illudia quanto ás providencias militares que viriam de Belem. O conselho deliberou resistencia aos que viessem suffocar a vontade geral, Deus por testemunha, responsabilizando o governo paraense pelas consequencias sangrentas do episodio. E passando da palavra aos factos, começaram os preparativos defensivos. Tomou a direcção militar frei José de Santa Luzia, que se dizia entendido em balistica. De Tabatinga veiu a artilharia do fortin. Os patriotas, em numero de mais de mil homens, acamparam nas Lages e no sitio Bonfim, fronteiriço, pondo os dois logares em condicções de falar grosso em defesa da aspiração popular, armando-os com trinta boccas de fogo.

Das víllas do sertão, Borba não acompanhou o movimento, pondo-se em communicação com o Presidente da Provincia em juramentos de fidelidade. Em Barcellos, a Camara Municipal, reunida extraordinariamente, ouviu a palavra violenta de frei Alexandre da Purificação, cearense de realce na confederação do Equador, e alli a cumprir o degredo em que tinha sido comutada a pena de morte a que o condemnara uma Junta Militar reunida em Fortaleza. Ouvira-lhe a palavra, declarando-se ao lado dos patriotas.

Pelo numero de homens mobilisados para os encontros militares em perspectiva, vê-se, claramente, que o mo-

vimento falava á alma das gentes do Rio Negro, levando-as á exaltação.

* * *

Em Belem, as noticias dos primeiros successos chegaram naturalmente causando alarme. No livro *O Pará em 1832*, que Braga Ribeiro apurou ser da autoria de Tenreiro Aranha e José Soares de Azevedo, ha este lanço, esclarecendo como a cidade foi informada,—«Emquanto a vóz do patriotismo soava tão alto, affluiam de todos os lados da Provincia numerosas familias roubadas e perseguidas, que abandonavam quanto possuiam no sertão, para ir reclamar soccorro á capital, e eram o echo desse novo attentado na Barra do Rio Negro. Os soldados que formavam a guarnição daquelle logar, seduzidos, etc".

Rayol, nos *Motins Politicos*, diz seccamente, apenas isto: "As noticias dos movimentos sediciosos da comarca do Rio Negro chegaram ao conhecimento do governo."

O jornal *"O Correio do Amazonas"*, em sua edição de 26 de maio, n. 60, transcripto pelo autor acima mencionado, narrando os acontecimentos, descreve-os em detalhes, concluindo severamente: "Tal é o desgraçado estado do Rio Negro, entregue aos caprichos da anarchia; não sabemos quaes as causas proximas ou remotas deste acontecimento, porem suppomos que os que nelle figuraram só tiveram parte na execução, entretanto que seus auctores (talvez sem remorsos) fiquem sobre as desgraças da humanidade e sobre as ruinas da patria dilacerada".

De seu lado, o presidente José Joaquim Machado de Oliveira, que assumiu a governança da Provincia a 27 de Fevereiro, trazendo intenções pacificas communicadas á população em longo manifesto, muito naturalmente impressionado com o caso da Comarca, pelos informes trazidos pelos fugitivos da Barra, interessados em narrativas assustadoras, não se demorou nas providencias para o estabelecimento da ordem. A 5 de maio fez expedir instrucções ao coronel Domingos Simões da Cunha Bahiana, confiando-lhe o commando de uma expedição ao Rio Negro.

Quem era esse militar? Nascido na Bahia, em maio de 1817 nomeado alferes da 8ª companhia do 1.º corpo de tropa ligeira de milicias da Capitania de São José do Rio

Negro, fôra dos cabeças do pronunciamento de Belem em favor do regimen constitucional, participara ardorosamente da agitação que succedeu áquelle episodio, exercera o commando militar da villa de Cametá. Um soldado, portanto, capaz de bem desempenhar a grave missão.

As instrucções eram clarissimas—no caso dos patriotas tentarem reacção, batel-os até ás ultimas; se, ao contrario, se mostrassem calmos, aprisional-os, repor as autoridades depostas, fazendo immediatamente iniciar devassa, para o processo judicial.

As forças entregues ao coronel Bahiana constavam de "cincoenta homens do batalhão n. 16, de caçadores de primeira linha e do corpo de artilharia com dois canhões". Deixaram Belem no vapor "Patagonia", rumando para Santarem, onde deviam informar-se bem do que occorria na Comarca para então dar começo ás operações.

Ainda estas não tinham sido iniciadas, em principios de Julho, quando as novas da separação da Comarca, elevada em Provincia, vieram ainda mais sobresaltar a capital paraense. Tinham chegado, para o governo, officios de novas autoridades amazonenses, copias dos actos dos conselhos da Barra; cartas das mesmas autoridades para o conselheiro Baptista Campos. Que fazer ante tamanhos desatinos? A 23, reuniu extraordinariamente, convocado pelo presidente Machado de Oliveira, o conselho presidencial. Deliberou, pela gravidade do assumpto, addiar para o dia seguinte a sessão em que tomassem as medidas convenientes. A 24, abertos os trabalhos, Baptista Campos propoz que se aguardasse a deliberação da Assembléa Geral do Imperio e do Governo Regencial, aos quaes os amazonenses tinham entregue a sua sorte, enviando-se um delegado a ajustar com estas a paz e fazendo-se retroceder a expedição militar. Os conselheiros Trovão, Camecran e Ferreira Ribeiro concordaram, emquanto seus collegas Cardoso e Pinho de Castilho votaram em contrario. Travou-se discussão, tendo o Presidente Machado de Oliveira opinado, finalmente, que o assassinio do coronel Reis não podia ficar impune, do contrario o exemplo irradiaria pela Provincia inteira provocando os maiores attentados. Ficou, então, deliberado "dar todas as providencias que estivessem ao

seu alcance e fossem conforme com as leis do Imperio, para que não progredisse semelhante sublevação, fundada em frivolos pretestos."

Novas, porem, não seriam mais precisas. A expedição militar, em Santarem, passou para a barca "Independencia", recebendo novos elementos, e augmentando, ainda, com a barca "Santa Cruz", de trinta praças, sob a direcção do tenente Francisco Fernandes de Macedo.

Este passou-se para os rebeldes, a dar-lhes força, mas os encontrou incapazes de resistencia seria. E' que indispostos uns com outros, em ciumadas, disputando-se postos, esquecendo que só unidos poderiam enfrentar o adversario, já lhes faltava ordem e o mesmo espirito patriotico das primeiras horas.

Mesmo assim, ainda houve choque violento. O coronel Bahiana, ao defrontar as Lages e o Bonfim, foi recebido a tiros de artilharia. Travou-se combate. A barca "Independencia" esteve na imminencia de sossobrar, attingida pelos disparos e devido á agitação das aguas do encontro do Rio Negro com o Solimões. A victoria sorrindo aos expedicionarios, os patriotas bateram em retirada, debandarám. No Logar da Barra, as autoridades revolucionarias tambem debandaram. De sorte que a 10 de Agosto, o commandante Bahiana dava o desembarque, restabelecendo o antigo regimen. E a 14, lançava um manifesto aos amazonenses, proclamando os intuitos pacificos de que estava possuido e confiando o commando militar da Comarca ao coronel Hilario Gurjão. Após, expediu proprios ao interior para o socego dos habitantes e restabelecimento da ordem, nomeando para o municipio de Barcellos, com poderes militares, afim de dar cumprimento a essas determinações, o capitão da guarda nacional Ambrosio Ayres, mais tarde o grande Bararoá. Ambrosio Ayres, na posse das instrucções, reuniu extraordinariamente a Camara, dizendo-lhe da palavra de ordem, pelo regimem da legalidade.

Na Mandurucania, os Muras, incitados por informes tendenciosos da Barra, obedientes ao tuchaua Manoel Marques, tinham assaltado o povoado de Luzéa, matando as trinta praças do destacamento local e alguns brancos, suspeitos de sangue portuguez. Mais, tinham tentado levar a

sangreira a Villa Nova da Rainha e outros pontos do municipio de Silves.

Foram castigados severamente, com o que a Comarca entrou em phase de absoluta calma.

* * *

Morta a causa da autonomia?

Frei José dos Innocentes, nomeado procurador do povo, subira o Madeira com "oito soldados embalados, elle proprio armado e municiado". Era a unica via aquella, visto como não lhe seria possivel dirigir-se á côrte atravessando o territorio paraense. Fatalmente o prenderiam. Homem resoluto, habituado á vida aspera da hinterlandia, venceu a distancia entre a Barra e a cidade de Matto Grosso em cinco mezes, alli chegando em Novembro, de onde passou a Caceres. De lá sahiu com destino a Cuyabá, já com fóros de capital da Provincia, indo á presença do presidente Antonio Corrêa da Costa, a quem apresentou os passaportes firmados pelo dr. Bernardino de Figueiredo e pelo tenente Bentes.

Ignora-se, ainda, a razão porque allí se deixou ficar. Sabe-se, comtudo, que não se manteve em inatividade. A Provincia agitava-se. Havía grande animosidade contra o elemento portuguez. Corria sangue de quando em vez. Todo da corrente, no Rio Negro, que não olhava bem os naturalisados, espirito irrequieto, estava bem num meio assim. Começou por espalhar o apelido de Bicudos, por que no valle denominavam os d'alem mar. Parece, mesmo, que andou metido em trincas partidarias, tornando-se, por tudo, de tal modo suspeito ás autoridades, a verem nelle um elemento perigoso á ordem publica, que o ouvidor Ponce Leão solicitou-lhe a expulsão "com a sua sediciosa comitiva militar." Afinal, em abril de 1833, prohibida pelo presidente da Provincia, em nome do Governo Imperial, a continuação da viagem ao Rio, regressou ao Amazonas, confiando os papeis de que era portador ao famoso revolucionario mattogrossense Antonio Luiz Patricio da Silva Manço, a quem estabeleceu a procuração de que viera investido pelos amazonenses".

Pensam que Patricio da Silva Manço teve receio de

dar cumprimento ao que assentara com Frei José? Não era capaz de tal o valente mattogrossense. Os papeis, em que estavam os votos do povo do Rio Negro pedindo que lhe dessem autonomia politica, elle os fez chegar ás mãos da Regencia.

A resposta não custou muito. A 15 de Junho de 1833, em officio ao Presidente de Matto Grosso, o ministro do Imperio, Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, reprehendia o religioso, extranhando-lhe a missão de delegado dos rebeldes. Quanto aos propositos dos amazonenses, fôra criminoso o gesto de separação da Comarca. O caso da elevação á Provincia estava affecto á Assembléa Geral da Nação, que pelos meios justos, normaes, legaes, saberia decidir com acerto, concluia o estadista imperial.

* * *

Presos, condemnados, os proceres da explosão civica? Parece que o governo paraense, diante dos votos do Conselho Presidencial e da facilidade porque restabelecera o Rio Negro na condição de Comarca, não promoveu a culpabilidade dos patriotas. Apezar dos termos energicos da communicação de 23 de Agosto, do presidente Machado de Oliveira aos seus collegas do Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia:—«A tropa da 1.ª de guarnição á Comarca do Rio Negro, tendo se sublevado no Logar da Barra, capital da mesma Comarca em 12 de Abril passado, assassinando ao Commando Militar o coronel Joaquim Felipe dos Reis, e dispondo a seu geito da administração publica por meios de Autoridades convenientes ou coactas, receando de *punição de seus crimes* pela aproximação de Huma Expedição Militar, que destinei para restabelecer ali a ordem e a tranquilidade publica, rompe em *novos attentados coagindo aquellas autoridades e alguns homens pusilanimes*, e, incumbidos pelo seu predominio, a q declarassem a referida Comarca separada desta Provincia, e formando huma outra, com administração peculiar, e funccionarios respectivos; o que praticou-se em 22 de Junho ultimo, colocando-se á testa dos negocios politicos, João da Silva Cunha *hum in-*

significante nesta, mestre de primeiras letras, que occupava o cargo de Juiz de Paz", etc.

Não se conhece, até este instante pelo menos, prova negando o que adianto. Muito ao contrario, vamos encontrar, logo no começo do anno seguinte ao movimento, todos os proceres em posição, na mais santa paz, entregues calmamente ás respectivas obrigações: o dr. Manoel Bernardino de Souza e Figueiredo como ouvidor de Belem, cargo para que fôra nomeado ás vesperas da explosão; Henrique João Cordeiro eleito vereador da primeira camara de Manáos, creada e installada em virtude do Codigo do Processo Criminal, depois, ainda escolhido para juiz municipal e, a seguir, juiz de direito interino, accumulando as funcções de chefe de policia da Comarca; João da Silva e Cunha, tambem vereador da primeira camara e juiz de orfãos; Frei José dos Santos Innocentes, na vigaria de Manáos, este ainda a participar de comoções, de protestos, com um futuro de aventuras a esperal-o; Ignacio Guilherme da Costa, em Villa Nova da Rainha, como parocho; frei Joaquim de Santa Luzia, na missão de Luzéa.

A aspiração autonomista não morrera, com o fracasso de 32. Pelos annos adiante seria levada com enthusiasmo. Sangue, mortes. Por fim, o 5 de Setembro.

Senhores:

Nesta hora de contricção civica que nos junta aqui, neste instante, as nossas homenagens aos reinvindicadores —a frei José, que não conheceu sacrificios pelo bem do Amazonas; aos seus companheiros de ideal. As nossas homenagens, com o compromisso de manter a integridade territorial do Amazonas dentro da unidade nacional.

GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

CULTURA
Secretaria de Estado

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de Cultura